
Artigo Científico

As metamorfoses do texto: as tecnologias de comunicação na construção de gêneros literários e processos cognitivos

The metamorphosis of the text: the communicational technologies constructing new literacy genders and cognitive processes.

Gláucio Aranha 

Núcleo de Estudos Humanísticos Transdisciplinares, ICC, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Resumo

A sinergia produzida pela interação entre o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e a produção literária suscita uma série de questões técnicas e pragmáticas, as quais são enfocadas neste trabalho a partir da observação do processo de construção de novos gêneros e de novos procedimentos cognitivos do leitor. Neste sentido, o presente artigo explora objetos e temas com o intuito de estabelecer um mapeamento teórico das principais questões envolvidas nas transformações do uso e da produção do texto, partindo da tecnologia do impresso até às discussões acerca da importância do cibertexto como nova forma de expressão. © Ciências & Cognição 2004; Vol. 01: 02-12.

Palavras-chave: novas tecnologias; cibertexto; narrativa, cognição, comunicação.


Abstract

The synergy produced by the interaction between the development of new communication technologies and the literacy production addresses technical and pragmatic questions that are broadly focused within this study in the context of the construction processes of new gender and new cognitive perspectives. In this way, this work explores such diverse and important subjects establishing a theoretical mapping of the pivotal questions involved in the changes of the textual use and production, since the press technology until the discussion about the importance of cybertext as a new form of expression. © Ciências & Cognição 2004; Vol. 01: 02-12.

Key Words: new technologies; cybertext; narrative, cognition, communication.

Durante o período industrial, a produção literária se punha a pensar o seu lugar e papel. As antigas preocupações com o “Belo e o Prazer” se abriam então para uma terceira preocupação que dizia respeito à *eficácia do ato de escrever e de ler* (Barbérís, 1997) e à potência do texto escrito como

alicerce de um saber racional e ordenado, de um saber *avesso à contradição*. Refiro-me aqui, à escrita sustentada sobre a tecnologia da imprensa que, segundo McLuhan (1977) e Eisenstein (1998), teria promovido a segunda grande revolução cultural do Ocidente, ampliando o alcance do uso do alfabeto como

 – G. Aranha é Graduado em Direito, Mestre em Comunicação, Imagem e Informação (UFF), Pesquisador e Coordenador do Núcleo de Estudos Humanísticos Transdisciplinares no Instituto de Ciências Cognitivas (ICC). Endereço para contato: Rua Saldanha Marinho, 37/301, Centro, Niterói, RJ 24.030-040, Brasil. Telefone: +55 (21) 2721-0101. E-mail: glauccioaranha@yahoo.com.br.

modo de comunicação.

Segundo Eisenstein, o desenvolvimento da tecnologia da imprensa promoveu uma mudança em relação ao texto escrito não apenas no tocante aos aspectos quantitativos de sua produção, mas também qualitativa. As mudanças do modo de produção dos livros implicariam em uma redefinição do plano simbólico no qual se inseriam tais objetos. Ao invés da independência entre tais aspectos, percebida por Chartier (1994), Eisenstein percebe uma estreita vinculação do novo modo produtivo sobre o novo modo de leitura. Dentre as implicações, ressalta o surgimento do editor como figura central nas mudanças de sentido e de conceito do livro, promovendo uma reorganização de suas funções. Uma vez percebido como produto, o livro foi sendo reorganizado de um modo que tornasse mais “fácil” o seu consumo. Nos ofícios, começava a germinar uma perspectiva “publicitária” em relação a este objeto, isto é, começava uma busca prospectiva no sentido de operar mudanças no suporte almejando novas formas de uso, mais simples e mais viáveis para o usuário. Naquele momento, não havia ainda uma homogeneidade em torno da representação da figura do leitor, solicitando deste modo uma observação das diversas configurações possíveis deste usuário, bem como das possibilidades de leitura do objeto Livro.

Esta argumentação contribui para a discussão no sentido de afastar, por exemplo, a representação produzida por Landow (1995) quanto a uma *natureza homogênea e estabelecida* da figura do leitor do impresso, evidenciando *a contrario sensu* que este agente foi sendo socialmente construído; foi sendo formado à mediada em que ia sendo reconfigurado o próprio objeto de leitura e a própria prática da leitura. Não há, portanto, que se falar em fixidez da figura do leitor, nem tampouco do livro ou mesmo do *gesto leitura*. Aliás, a autora enfatiza importantes pontos acerca da consolidação do livro como produto e prática cultural. Inicialmente põe em questão o discurso de Chartier (1994) quando este se refere à verificação de uma *ampla disseminação de textos* naquele período. Eisenstein considera que no início

havia apenas a duplicação técnica de textos pré-existentes, os quais eram reunidos em um único volume, sendo então comercializados. Não necessariamente estes textos formavam um conjunto harmônico. Aliás, este caráter de reunião aleatória de textos de novas e velhas doutrinas foi fundamental para a instauração de um novo gesto de leitura, oriundo da possibilidade de se comparar a diferença entre estes textos. Era a partir desta possibilidade que se podia, por sinal, dar conta da identificação do que era uma *nova doutrina* e uma *velha doutrina*, colaborando para a criação da leitura escolástica a que Chartier se refere. Esta, portanto, diz respeito a uma sistemática que culminará na percepção e consolidação do conceito de “novo”, tão caro para o pensamento Moderno, bem como para o questionamento das “bases estáveis”.

Avança Eisenstein, identificando que em um primeiro momento não havia uma padronização das publicações, porém esta vai surgindo a partir do avanço das novas tecnologias de reprodução do texto. Com a imprensa, torna-se possível *rever os escritos*, ou seja, analisar o produto escrito feito e corrigi-lo, se necessário. Ao contrário do que havia com o *manuscrito*, surge uma busca de padronização que conta com erratas e reedições como ferramentas. Assim, tornava-se possível corrigir eventuais erros, buscando atingir uma “forma definitiva”, padronizada. Somavam-se, ainda, outras ferramentas que colaboravam para a reorganização do livro, facilitando o seu uso. Criam-se, por exemplo, guias de leitura, índices, anuários e outros dispositivos que visavam sistematizar a leitura da obra através de linhas condutoras que orientavam o usuário.

Eisenstein mostra também que o próprio gesto de leitura foi sendo moldado e alterado ao longo da história do impresso, não correspondendo em absoluto a um gesto íntegro, total, estabelecido de modo uniforme e acabado. Pelo contrário, ela apresenta como o livro impresso foi tornando possível a constituição de diferentes modos de leitura que paulatinamente foram agregando práticas como a coleta de dados e apontamento de referências (a partir da possibilidade de conservação do saber). Outros modos e artifícios de leitura foram se instaurando à

medida que crescia a preocupação com a melhoria das edições, buscando além do lucro (mas sem relegá-lo a um segundo plano) uma fidedignidade em relação ao produto do autor. Este último, aliás, como “proprietário” do conteúdo intelectual veiculado é também socialmente construído à medida que a tecnologia do impresso vai se consolidando. De tudo isto decorre em muito, a paulatina consolidação da forma moderna de ler, amplamente amparada na *sensação* de estabilidade da fonte.

Vê-se, portanto, que não se sustentam os discursos que defendem a existência de uma fixidez do leitor, do autor e do livro como diferencial entre a escrita impressa e os textos eletronicamente produzidos, sendo não raro atribuído a estes últimos uma inerente “flexibilidade” que inexistiria naquele.

Aliás, no campo literário, a escrita impressa caminhou, neste momento, na direção exploratória de “novas literaturas”, estilos literários e novas textualidades. Como lembra Barthes, em nenhum outro período floresceu tamanha quantidade de movimentos vanguardistas, todos propondo a edificação de uma “nova literatura”: indo do romance social engajado com posturas políticas revolucionárias ao fluxo do inconsciente do surrealismo, do conceito de que “arte é tudo o que o artista diz que é” do movimento cubista até a “Renascença de Los Angeles” da *Beat Generation*. O importante era a proposta de uma nova postura literária e a “originalidade” idealizada para tanto. Estas inovações se insurgiam, por vezes, contra a própria tradição literária, concentrando a tensão da escrita tanto mais na ânsia de multiplicar os modos de expressão do que na construção literária em si.

“É então que as escritas começam a se multiplicar. Cada uma, de ora em diante, a trabalhada, a populista, a neutra, a falada, reivindica para si o ato inicial pelo qual o escritor assume ou detesta a sua condição burguesa. Cada uma é uma tentativa de resposta a essa problemática orfêica da Forma

moderna: escritores sem literatura. (...) Cada vez que o escritor traça um complexo de palavras, é a própria existência da Literatura que está sendo questionada; o que a modernidade dá a ler na pluralidade de suas escritas é o impasse de sua própria História.” (Barthes, 2000:54).

Findo, por definição, aquele momento histórico, restou uma inquietação quanto às fronteiras da escrita e da leitura⁽¹⁾. Escritores da “vanguarda moderna”, como Julio Cortázar, já expressavam sua insatisfação com o linear, com a escrita (ato de criação) agrilhoadada pela rigidez da Escrita (tecnologia de comunicação). Esta atitude já representava uma inquietação com as próprias bases modernas que estavam sendo postas em xeque, esvaziadas e esgotadas em face da promessa de progresso social - fortemente enraizada na classe-média - que não se realizava. Estes autores propunham uma nova configuração da própria Escrita e não só da expressão literária. A tecnologia da escrita impressa já não lhes parecia bastar.

Autores como Bakhtin e os pós-estruturalistas Barthes e Derrida teciam críticas sobre a concepção de Texto, pondo em questão noções como *margem*, *centro*, *hierarquia* e *linearidade*. Levantavam-se pontos ao redor de elementos como intertextualidade, interatividade, multivocalidade, descentramento, abertura textual, dentre outras. Michel Bahktin (1993) pensava o texto como o resultado da soma de múltiplas vozes articuladas em variados tipos de discursos e ideologias, desprendendo-se da percepção do objeto textual como um sistema fechado. Em sua visão, a integração das vozes que compõem um texto dialogariam entre si construindo um mosaico expressivo, uma *construção polifônica*. Por sua vez, Jacques Derrida (1973, 1995) enxergaria o advento de um abalo na estrutura de compreensão dos signos a partir da bipolaridade significante/significado. Defenderia a inexistência de uma distinção estável entre ambos, entendendo os signos como elementos mutáveis, destituídos de um *significado final* e sempre dependentes do espaço que os cerca, isto é, da cadeia de significantes que giram

(1) Filiando-me aqui às correntes de pensamento que enxergam uma ruptura do moderno e a ascensão do paradigma da pós-modernidade.

entorno de um signo. Estabelecia, assim, uma *metodologia de desconstrução*, repercutindo esta na representação que Derrida fazia do próprio texto. Para este autor, um texto não estaria vinculado a um único significado, mas a um conjunto de significações que se articulariam a partir do contexto que circunda uma unidade textual. Outra voz que se levantava contra a percepção estruturada do texto, somando-se ao coro, que buscava redefinir este objeto, estaria no semiólogo francês Roland Barthes (1992) para quem um texto seria modificado a partir do momento em que o leitor dele se apropria com um olhar crítico, abrindo novos significantes e instaurando jogos polissêmicos com as *lexias* (como denomina as unidades mínimas de leitura), rompendo com a idéia de um texto uno e objetivo.

Sob um prisma filosófico, o francês Jean-François Lyotard (1993), refletindo sobre o niilismo de um novo período, deitava sobre a questão da escrita uma nova proposição reflexiva centrada em uma pulsão de descrença na tecnologia da imprensa como prática capaz de dar conta de expressar toda a complexidade que interpenetra a construção textual. Lyotard reduz, assim, a noção de texto a um jogo de linguagem. Sob o olhar deste autor, a contemporaneidade colocaria a proposta de uma construção que ao mesmo tempo fosse um jogo impreciso, retirando o leitor de sua passividade.

Em outro campo, Ted Nelson evocava um dispositivo material que tornasse fluida a transmissão de informações textuais, ligando textos (*latu senso*) de autores diferentes de tal forma que estes se tornassem acessíveis de qualquer parte do globo, o qual denominou *hipermídia*, aplicando ao texto veiculado por esta (através de ligações) o termo *hipertexto*. A teorização de Nelson giraria em torno de um experimento: o *Projeto Xanadu*. Este, fortemente influenciado pelo pensamento de Vannevar Bush (2002), representaria uma espécie de antevisão da Internet. O Xanadu consistiria em uma estrutura de *links* inquebráveis, por onde fluiriam variados textos, com controle total dos direitos autorais (através de protocolos de permissão e métodos especiais de referências chamados *conexões de origem*

que manteriam os vínculos com os textos originais). A noção de formação de textos para Nelson passaria ainda por ligações de fluxo duplo, de tal sorte que qualquer usuário poderia publicar comentários em qualquer página compreendida no sistema, dentre outros vários aspectos. Deste modo, a grande contribuição da teoria de Nelson repousava sobre a concepção de um meio de organização de textos não-sequenciais que se entrelaçassem por múltiplos caminhos, sendo agregados a partir da livre escolha do leitor, constituindo novos significantes, novos sítios informacionais.

No final do século XX, observa-se o surgimento de um dispositivo que parecia atualizar, as projeções e proposições de Nelson no sentido de uma ruptura com a Escrita e, através das redes de informação digitais surgidas na contemporaneidade. Germinava a semente do *hipertexto* – que vai ser visto na perspectiva de alguns autores como suporte para a convergência de projetos de ruptura até então exclusivamente teóricos. O suporte para isto era linguagem de programação HTML (*Hypertext Mark-up Language*) que foi recebida pelo segmento teórico “integrado” - valendo-me da expressão cunhada por Umberto Eco - como a ferramenta definitiva para a construção de um novo modelo narrativo. Entretanto, assim como os planos de fazer o homem voar tiveram um suspiro romântico dos *integrados modernos* nos poucos metros de vôo do 14-BIS de Dumont, os “românticos do pós-moderno” pareciam não perceber que o experimento apenas engatinhava no sentido de atualização de um dispositivo que atendessem às teorias de *vôo das narrativas*.

Nestes primeiros experimentos, o processo de fluência multi-medial ainda era muito lento, a transferência de dados destoava das projeções e do discurso entusiástico sobre o fluxo de informação em tempo real. O número de usuários se limitava a uma casta acadêmica e militar. Landow (1995) euforicamente sentenciava a *nova era das narrativas*, sem parecer perceber estar vivenciando ainda os primórdios da Era da Informação. Experimentos vários foram realizados e ainda tangenciaram o projeto de reconfiguração do papel do autor e do leitor.

Landow reconhecia no hipertexto, como marca fundamental, uma natureza não-linear que se contraporía, a seu ver, ao texto impresso. A ação de saltar por meio dos *links* entre uma unidade textual e outra implicaria, para este autor, em um desempenho que destruiria a noção de seqüência, tornando esta noção prescindível. Pensando a partir deste pressuposto, defende a liberação do leitor para estabelecer anarquicamente sua própria trajetória de leitura. Por conseguinte, haveria uma “libertação” deste em relação a uma ordem hierárquica de leitura imposta por um autor. Aliás, advoga Landow, em face de tudo isto, a “morte” da própria função autoral:

“Lo que entendemos por autor, incluída la idea de autoría única, puede destruirse suprimiendo la autonomía del texto. También se puede llegar al mismo fin descentrando el texto o convirtiéndolo en red.” (1995:99).

Em face desta postulação, Landow vislumbraria a possibilidade do leitor - gerindo a ordem de leitura - incorporar ao seu desempenho a função do autor. Entretanto, parece lhe escapar o fato de que a conceituação de um texto literário passa antes pela compreensão e verificação de uma *escritura singular*⁽²⁾, ou seja, de um gesto textual dotado de uma *assinatura*, de uma particularidade que a individualiza em relação ao discurso cotidiano, comum. Sob este prisma, a ação desempenhada pelo leitor de Landow, produzindo intervenções na concepção textual através dos *links* representaria não a sua reconfiguração para imbuir-se da função autoral, mas a sua reconfiguração ainda como leitor, sendo certo que a sua intervenção representa de fato a colocação de uma contra-assinatura que, aceitando os trajetos dados pelo autor, longe de negar a assinatura deste tão somente a ratifica (Oliveira, 1999). Além disto, ao longo de seu discurso, Landow parece não se dar conta de que a aludida “liberdade do leitor” para trafegar pelas unidades textuais se encontra de fato encarcerada em uma tessitura confeccionada previamente pelo autor.

(2) Tomando por *escritura* o elemento significativo que remete a outros, dentro de um sistema lingüístico.

Percorrer tais caminhos, apenas respalda a legitimidade do autor.

Outro ponto que pode ser certificado na colocação de Landow diz respeito à sua percepção de que este dispositivo textual seria determinante de um modelo narrativo que lançaria por terra o modelo de estruturação narrativa descrito na *poética* de Aristóteles. Defende aquele autor que o hipertexto romperia com a estrutura de *início, meio e fim*.

“El hipertexto, que pone en entredicho la narración y todas las formas literarias basadas en la linealidad, también pone en tela de juicio las ideas de trama e hilo narrativo corrientes desde Aristóteles. Del examen de la *Poética* en el contexto de una discusión sobre hipertexto se desprende una de las dos cosas siguientes: o bien no se puede en absoluto escribir ficción en hipertexto (y la *Poética* muestra por qué podría ser el caso) o bien las definiciones y descripciones aristotélicas de trama no rigen para historias escritas y leídas en un entorno hipertextual. (...) En el capítulo siete de la *Poética*, Aristóteles ofrece una definición de trama en la que la secuencia fija desempeña un papel esencial.” (1995:131).

Landow parece não se dar conta do sentido segundo o qual Aristóteles empregou os termos: *início, meio e fim*. Para o pensamento aristotélico, tais conceitos vão além de uma ordenação meramente material, dizendo respeito, sim, a uma instância cognitiva, interpretativa. Sua noção do inteiro narrativo concebe o *início* (começo) como “aquilo que, em si, não segue necessariamente a outra coisa, mas depois do quê existe outra coisa, à qual necessariamente, ele estará ligado” (Aristóteles, 2000:45). Assim entendendo, ainda que múltiplas sejam as possibilidades de início da leitura de um hipertexto, este terá sempre um *começo* no sentido empregue na *Poética*, ou seja, como qualidade do ponto a partir do qual outros pontos se ligam. A existência de *links* para outras páginas, ainda que várias, confirmam a *necessidade* de ligação com outros pontos. A

multiplicação destes não desqualifica a idéia de ligação, mas, pelo contrário, corroboram-na. Portanto, o fato de poder iniciar a leitura a partir de múltiplos referenciais não exime o hipertexto da existência de um *começo*. Em segundo lugar, coloca-se a questão quanto à representação de *meio*, que diz respeito a “aquilo que se segue a outra coisa e após o quê outra coisa vem” (Aristóteles, 2000:46). Não se trata de modo algum de uma idéia de fixidez, como interpreta Landow, mas de organização cognitiva. O leitor do hipertexto a partir do momento que toma um bloco textual como ponto de partida, clicando sobre *links* que remetem a outros, estará *necessariamente* estabelecendo um *começo* e ao seguir sua leitura por outros blocos textuais estará percorrendo o *meio*, isto é, elementos que se inserem entre o *começo* e outros que seguem. Novamente, o preceito aristotélico se mantém. Por último, Aristóteles conceitua *fim* como “o que, por natureza, acontece depois de alguma coisa, quer de modo necessário, quer porque assim é na maior parte das vezes, mas, depois dele, não há mais nada” (Aristóteles, 2000:45). Embora Landow interprete esta assertiva como dissonante do hipertexto, visto que neste não se insere uma “conclusão”, a leitura atenta de Aristóteles deixa claro que este autor não fala de *fim* como uma conclusão, mas como um ponto além do qual nada se soma. Diz ele que “os enredos *bem construídos*, portanto, *não devem* começar nem terminar num ponto qualquer, ao acaso, mas servir-se dos princípios referidos” (Aristóteles, 2000:46). Assim, a partir do momento que o leitor dá por encerrada sua leitura, ali estará o fim, porque depois deste ponto nada se seguirá. Landow percebe erradamente esta representação como determinante de uma forma fixa a qual a maleabilidade do hipertexto questionaria, quando aquele pensamento não limita o reconhecimento de uma estrutura textual a uma forma fixa, embora *valorize mais* (“bem construídas”) aquelas que *não começam e/ou terminam ao acaso*. Há, deste modo, uma insensibilidade de Landow quanto à expressão de um valor subjetivo de Aristóteles e sua teorização objetiva, sendo certo que esta última continua sendo aplicável ao hipertexto. Deste modo, ao contrário do que entende

Landow este dispositivo em nada romperia com o modo de estruturação das narrativas preconizado por Aristóteles.

Não há que se tirar os méritos advindos da tecnologia do hipertexto, como, por exemplo, a ampliação dos recursos expressivos mediante a articulação de signos visuais e sonoros de diferentes tipos em um mesmo espaço, bem como a redefinição dos gestos de leitura passando de um modelo estável, para um modelo dinâmico que passaria a exigir do usuário desta tecnologia uma postura exploratória do conteúdo no lugar de uma apreensão unidirecional como ocorre com texto impresso, provocando uma alteração no gesto de leitura. Inova a partir do instante em que por meio da potencial multiplicação dos focos de leitura (pontos de vista do leitor) ao longo de seus múltiplos caminhos podem permitir apreensões várias de um mesmo objeto em relação a um ou mais usuários, reconfigurando estes usuários. Apesar de tais aspectos, a euforia de autores, como Landow, parece lançar a questão para além de sua efetiva contribuição.

De fato, temos que o *papel do leitor* estaria sendo alterado no tocante à forma como passa a *tomar ciência* da narrativa. Em momento nenhum do hipertexto, o leitor abandona o “sofá do receptor” e entra na tela da narrativa. Ele está menos para a ativa *expectadora/personagem* de *A Rosa Púrpura do Cairo*, de Woody Allen, e mais para o espectador comum de televisão que zapeando entre canais acha (ou tenta achar) algum nexos entre os fragmentos.

Observada a precipitação na abordagem “definitiva” de Landow em relação à *tecnologia do hipertexto como Terra Prometida* para as reivindicações pós-estruturalistas, há que se ter o bom-senso de convir que os ensaios deste autor datam de um período no qual os experimentos deste dispositivo eram ainda insipientes. Sem sombra de dúvida, o gesto de leitura cumpriu os desejos no sentido de uma construção não-linear, entretanto não realizou o projeto de inclusão do leitor no objeto da leitura. O leitor continuou ocupando um espaço externo em relação ao narrado, sendo a obra narrada pertencente exclusivamente ao autor e, em segunda instância, ao narrador delegado por

ele, mantendo-se o leitor tão somente na função de narratário.

A despeito do acima exposto, o suporte hipertextual foi tomado e hegemonizado em muitos segmentos acadêmicos como um instrumento inovador - processo hegemônico que se instaurava a partir da galopante propagação das redes digitais -, notando-se que, pela primeira vez, o *gesto literário* compreenderia não só relações com signos gráficos fixos e previsíveis (letras, desenhos, fotos), mas também com recursos sonoros e imagéticos variados (animações, vídeos, músicas, informações oralmente registradas, dentre outras), os quais *convidavam* o usuário para uma *nova postura em seu gesto de leitura*. Este convite à participação resultaria em uma prática de leitura que Aarseth (1997) viria chamar de *atividade ergódica*. Esta estaria inscrita como parte fundamental do sistema de atualização dos textos eletrônicos, aos quais Aarseth denomina de *cibertextos*, entendendo-os como *dispositivos mecânicos para a produção de textos* e não como um *gênero literário*.

Como ferramenta, o cibertexto se caracterizaria pela perspectiva de exploração do texto. Poderia ser visto como uma perspectiva estética e uma dinâmica textual compreendida em diversos modelos expressivos, tais como os Jogos Eletrônicos, a ficção hipertextual, os textos colaborativos produzidos através de redes de computadores como os MUDs, dentre outros. Assim sendo, trata-se de uma perspectiva que vai além do uso puro e simples do computador como meio de processar textos. Quanto à composição do termo *cibertexto*, Aarseth explica que:

“Instead of defining *text* as a chain of signifiers, as linguists and semioticians do, I use the word for a whole range of phenomena, from short poems to complex computers programs and databases. As the *cyber* prefix indicates, the text is seen as a machine – not metaphorically but as a mechanical device for the production and consumption of verbal signs. (...) The machine, of course, is not complete without the third party, the (human)

operator, and it is within this triad that the text takes place.” (1997:20).

Deste modo, constrói um modelo teórico que irá descrever um *texto dinâmico* caracterizado por uma forma de comunicação híbrida na qual o computador atua tanto como elemento mediador entre humanos, quanto no nível humano/máquina, por exemplo, na intermediação de mensagens entre o usuário e o *software* em um Jogo Eletrônico. O conceito de *texto dinâmico* vem se opor assim ao texto impresso, o qual é percebido por Aarseth como um modelo *estático*.

O elemento determinante para a dinâmica do cibertexto é chamado de *atividade ergódica*, ou seja, um gesto de leitura mediante o qual o leitor, ou tanto melhor, o usuário deve exercer uma dada performance para que a leitura seja possível. O autor salienta que este tipo de atividade não é uma exclusividade dos cibertextos, embora lhes seja condição *sine qua non*. Tal prática remeteria, por exemplo, ao modo como se dá a leitura do *I Ching*, a qual se realiza mediante a articulação de frações textuais a partir de um desempenho externo do leitor que, no caso do *I Ching*, é determinado pelo lançamento de três moedas e no caso dos Jogos Eletrônicos pode ser verificado através do uso do *mouse*, do teclado ou do *joystick* como modo de articulação do escrito. Todavia, este autor compreende haver uma significativa mudança em face do surgimento da tecnologia do computador, qual seja:

“(…), after the invention of the digital computing in the middle of the twenty century, it soon became clear that a new textual technology had arrived potentially more flexible and powerful than any preceding medium. Digital systems for information storage and retrieval, popularly known as databases, signified new ways of using textual material.” (1997:10).

Desta forma, os cibertextos deixam de ser apenas uma técnica de leitura, como no caso do *I Ching*, configurando-se também como um novo objeto textual. Se a despeito do caráter ergódico um leitor desejar conhecer

todos os aforismos contidos naquela obra chinesa, bastaria lê-los um a um. Entretanto, com o advento de suportes como, por exemplo, os jogos eletrônicos, o único modo de travar conhecimento com seu conteúdo é exercendo a atividade ergódica, estando subserviente às regras de uso e lógica construtiva estabelecidas pelo cibertexto a ser lido. Disto se conclui ter havido o surgimento de um objeto diferenciado daqueles que se prestavam à prática ergódica antes do advento da tecnologia dos computadores.

Aarseth ainda adverte para o fato de sua análise não dizer respeito à instância cognitiva da análise textual, limitando-se aos aspectos materiais da mesma, evitando deste modo, os tropeços cometidos por Landow (como visto anteriormente). Ao fechar a questão sobre a instância física (material) da leitura de um cibertexto, Aarseth esbarra na necessidade de relacioná-lo a certos discursos reincidentes sobre *textualidades eletrônicas*. Assim, empenha-se no sentido de olhar atentamente para a viabilidade de expressões exaustivamente usadas como *não-linearidade* e *interatividade* em relação ao objeto que descreve. Indo além das questões colocadas por Landow, Aarseth toma a questão dos discursos sobre a *não-linearidade* colocando-a como uma potencial fonte de mau entendimento, enfatizando que embora alguns autores se valham daquele caráter ao tratar de um modo geral as formas de escrituração eletrônica, tal nomenclatura não dá conta de descrever o objeto por ele analisado. No lugar do caráter *não-linear*, propõe a idéia de cursos de leitura. A diferença residiria no fato

de que no primeiro se trabalha com a concepção de uma escritura composta por fragmentos, cujas fronteiras estão constantemente em mutação agregando-se a uma multiplicidade de fragmentos outros, determinados pela trajetória do leitor. Assim, a idéia da *não-linearidade* poderia ser metaforicamente tomada como a composição de um mosaico, cujo significado é dado por quem pratica o ato de juntar, segundo sua vontade exclusiva, os fragmentos disponíveis. O cibertexto de Aarseth estaria mais próximo da metáfora do labirinto, onde pré-estabelecido pelo “arquiteto” estão a entrada, a saída e os cursos através dos quais o usuário pode avançar de um ponto em direção ao outro.

Pensar o *cibertexto* por este prisma implica em trabalhar com a percepção de um objeto estabelecido que *se dá a conhecer por múltiplas formas*, mas que *não se dá a ser construído* por este. Neste sentido, cabe a observação de Aarseth quanto a duas modalidades distintas de trânsito pela estrutura de um cibertexto, que pode se realizar de modo *unicursal* ou *multicursal*. Por *unicursal*, refere-se à leitura que admite tão somente um caminho correto até a saída do labirinto, à conclusão da trama. Já, por *multicursal*, refere-se a uma leitura que permite mais de um caminho a ser percorrido pelo usuário até sua chegada ao fim do texto, ampliando deste modo as perspectivas que este terá da obra em relação a um outro usuário que percorra outra trilha. A partir desta visão, a leitura de um cibertexto colocaria seu usuário em um papel exploratório que o diferenciaria do leitor de um texto impresso. O desafio do usuário do cibertexto estaria na dinâmica estabelecida entre o impasse de preencher as lacunas deixadas pelo autor (*aporia*)⁽³⁾ e o desafio que o convida a vencer os obstáculos que lhe são impostos pelo autor (*epifania*) para que se dê o efetivo preenchimento e final percepção do conjunto textual⁽⁴⁾:

“The reader’s pleasure is the pleasure of the voyeur. Safe, but impotent. (...) The cybertext puts its would-be reader at risk; the risk of rejection. (...) The cybertext reader is a player, a gambler;

(3) Este preenchimento se dá em um sentido que não é o da interpretação, mas sim um preenchimento prático através da leitura do usuário perfazendo um dos percursos indicados pelo autor.

(4) Assim, Aarseth afasta a discussão sobre aspectos *não-lineares* do cibertexto. Concluindo este tópico, ele argumenta ainda no sentido de que a questão sobre procedimentos lineares e não-lineares diria respeito a uma concepção topográfica do texto e não em relação à leitura praticada pelo usuário, que mais lhe interessa. Ressalta que, quanto à topografia dos textos, esta pode ser produzida não-linearmente mesmo nos livros impressos, caso o leitor salte pela estrutura do objeto, avançando até o final do livro ou pulando páginas e retomando-as depois, bem como é possível em um texto eletrônico (*latu sensu*) uma leitura perfeitamente linear.

the cybertext is a game-world or world-game; it is possible to explore, get lost, and discover secret paths in these texts, not metaphorically, but through the topological structures of the textual machinery.” (1997:4).

Acentua, posteriormente, a questão de outro termo normalmente trazido à baila pelos discursos atinentes aos textos produzidos em computador, qual seja, a *interatividade*. Inicialmente, expõe as implicações do termo sob o prisma semiótico, a saber, o entendimento de uma ação interativa como aquela através da qual o leitor se encontra fisicamente apto a realizar mudanças diretas no conteúdo dos discursos articulando signos e, por conseguinte, suas interpretações. Aarseth vê neste entendimento a existência de uma confusão entre as expressões *interatividade* e *interação*, entendendo que a aplicação semiótica expressaria melhor o sentido de *participação*.

Na busca da clara apreensão desta questão sobre o termo *interatividade*, vale lançar mão do pensamento de Jensen (1999) que analisa o uso daquela expressão a partir da distinção entre os termos *interação* e *interatividade*. Sobre *interação*, aponta a existência de três diferentes acepções: a primeira dizendo respeito a um significado que emerge da sociologia e sendo aplicado como inter-relação social, de onde para haver interação tem de haver negociação de sentidos e compartilhamento recíproco de contexto entre humanos. Ressalta também uma segunda utilização do termo que se dá no campo comunicacional, onde, para este autor, parece existir uma certa dubiedade em sua aplicação. A principal modificação em relação ao uso sociológico do termo residiria em uma percepção que abrange a troca de informações homem-máquina. Embora persista a idéia de negociação nas mesmas bases do conceito anterior, a ela se somaria uma instância cibernética, tratando a máquina também como agente participante da negociação. Resgata ainda um terceiro uso para o termo, advindo do campo da informática, no qual a expressão é percebida como uma ação recíproca entre homem e máquina, desconsiderando a instância entre

humanos. Por conseguinte, a mensagem atinge o outro por meio de uma máquina. Neste campo, é fortalecida sobremaneira a idéia de *comunicação mediada por máquinas*, concentrando-se não na concepção de troca, mas sim de controle do homem sobre a máquina.

Estabelecidos os sentidos pertinentes ao termo *interação*, Jensen vai dissociá-lo do termo *interatividade* apresentando uma tríplice forma de análise deste conceito, a saber: (i) a percepção de interatividade como *protótipo*, baseando-se na suposição da relação “face a face” entre os agentes como ponto de orientação para o julgamento de existência ou não do aspecto interativo. Neste sentido, por exemplo, o telefone poderia ser tomado como ideal de dispositivo para esta matriz; (ii) a percepção como *critério*, partindo da idéia rígida, fortemente marcada por um determinismo tecnológico, de um traço específico a ser preenchido, reduzindo a idéia de *interatividade* a um suporte material; e, por fim, (iii) como *contínuo*, baseando-se na idéia de que o conceito deve ser pensado em termos de gradação, articulando ambas as matrizes anteriormente citadas. Deste modo, pensar a interatividade de um objeto passaria pela percepção deste objeto como um *contínuo unidimensional* (quando os traços interativos verificados dizem respeito apenas ao *protótipo* ou ao *critério*) ou como um *contínuo multidimensional* (quando articula múltiplos critérios quanto à análise do suporte). Por esta matriz, poderiam ser identificadas gradações dos suportes que iriam dos menos interativos (como a imprensa e os filmes) aos altamente interativos (como as conferências por computador). Jensen entende ser esta última matriz a preferencial para ser utilizada, parecendo-lhe mais flexível ao articular aspectos das duas anteriores. Propõe, então, as seguintes formas de compreensão do conceito de *interatividade*, segundo as quais seria possível avaliar as relações em que se levanta a questão, quais sejam:

1. Interatividade transmissional:

Expressaria a habilidade potencial de um suporte de mídia em permitir escolhas pelo usuário a partir de fluxos

contínuos de transmissão, como se dá, por exemplo, no caso da televisão a cabo.

2. Interatividade consultacional:

Trata-se da habilidade potencial de um meio em permitir escolhas através de fluxo de informação bidirecional, ou seja, de fluxo selecionado a partir da requisição do usuário, como por exemplo, os mecanismos de busca de um *site*.

3. Interatividade conversacional:

A habilidade de um meio para aceitar o livre *input* do usuário, como ocorre, por exemplo, em uma videoconferência.

4. Interatividade registracional:

Representaria a habilidade do suporte para registrar informações e responder ao usuário, com ou sem sua autorização, servindo como exemplo os *cookies* que registram os dados de um usuário e a partir destes seleciona e exibe automaticamente conteúdos informacionais.

Jensen vem assim apresentar possibilidades, surgidas com o advento das novas tecnologias, de relação do usuário com a máquina. Este entendimento parece complementar o pensamento de Aarseth quando este conclui ter havido uma reconfiguração do próprio conceito de realização do texto. Por sua vez, esta nova configuração, ao instaurar uma demanda da participação do usuário acarretaria também a reconfiguração deste. Neste sentido, manifesta-se Aarseth (1997) compreendendo o leitor de um cibertexto como um jogador pronto para explorar a estrutura do texto: “The reader is (and has always been) a necessary part of the text, but one that we now realize can (or must) perform more than one function” (1997:74).

Tais reconfigurações foram extremamente importantes para as múltiplas ações prospectivas sobre novos modelos textuais que vieram e estão sendo produzidos (*e-books*, textos coletivos nas redes digitais, textos multimídia, CD-ROMs interativos, dentre outros), tendo muitas vezes no centro da ribalta o *Hipertexto*. Este, ainda, um

nublado conceito que ora é tratado como um novo gênero literário, ora como um novo instrumental de atualização do texto. Aarseth ressalta a tendência existente entre os teóricos do *hipertexto* a aplicar a expressão a todos os textos eletrônicos sem fazer a devida distinção. Sugere então um uso específico para a expressão: “*Hypertext* is a usefull term when applied to the structures of links and nodes, but it is much less so if it includes all other digital texts as well” (1997:75)

Este tipo de pensamento vem clarificar a imprecisão dos olhares eufóricos de autores como Landow, que além do turvo entendimento sobre o alcance do termo (restrito à sua gênese), pecam ainda ao conceber uma rivalidade entre estes modelos de texto e aqueles realizados por meio da escrita impressa. Com certa miopia, preconizavam os teóricos do hipertexto a superação do livro/papel, conferindo ao hipertexto o *status* de hegemônica prática de leitura:

“Aunque en el futuro lejano, o no tan lejano, todos los textos individuales estarán conectados electrónicamente formando así metatextos y metametatextos de un género sólo parcialmente imaginable hoy en día, ya han aparecido formas de hipertexto de mucho menor alcance.” (1995:31).

Aliás, neste sentido, Lévy (1993) destoa de Landow ao salientar que o surgimento de uma *nova tecnologia da inteligência*, por si, não se daria a sobrepujar as tecnologias que a precederam. Em sua argumentação, utiliza o pensamento reflexo sobre o surgimento da Escrita em relação à Linguagem Oral; o mesmo podendo ser dito do cinema em relação ao livro impresso. Para este autor, cada qual das tecnologias ocupa um posicionamento distinto e não excludente. Assim, não se trata do desaparecimento de um modelo ultrapassado por outro. Impõe-se que seja colocado um freio nos pensamentos apocalípticos, salientando que não se trataria de um conflito, mas da autenticação (legitimação) de um novo objeto dentro de um dado campo.

Aarseth lança-se, ainda, em uma estratégia provocativa de xeque aos modelos de discurso narrativo tradicionais (novelas, séries de TV e filmes), inquirindo sobre a viabilidade de se pensar em uma perda da posição de domínio daqueles modelos na cultura contemporânea em face da rápida evolução e expansão cultural dos jogos de computador como um gênero literário. A partir deste questionamento, Aarseth se afasta dos estudos do Hipertexto, enquanto objeto de prospecção como modelo narrativo promotor da reconfiguração do processo de leitura e interação narrativa, concentrando sua atenção em um outro viés: nas poéticas da cibermídia e dos jogos de computador como proeminentes sinais rumo a um futuro para a literatura. Míxa, deste modo, os campos da comunicação, da literatura e da filosofia contemporânea na confecção de sua representação sobre o tema.

Tomando esta direção conceitual estabelece-se como relevante questão a necessidade de se pensar cautelosamente as metamorfoses das tecnologias do texto, trazendo também para a discussão a análise de novas tecnologias de comunicação em processo de legitimação (meios não tradicionais, v.g., jogos eletrônicos), os quais contribuem para o alargamento das fronteiras do campo comunicacional e sua interação com outros campos, como por exemplo o literário, através da formação de novos gêneros de produção e difusão de narrativas, dentre outros.

Referências Bibliográficas

Aarseth, E. (1997). *Cybertext: Perspectives on ergodic literature*. Baltimore: John's Hopkins University Press.
Aristóteles (2000). *Poética*. Em: *Os pensadores: Aristóteles* (pp.34-75). São Paulo: Nova Cultural.

Bahktin, M. (1993) *Questão de literatura e estética*. São Paulo: UNESP/Hucitec.
Barbérís, P. (1997). *A sociocrítica*. Em: *Métodos críticos para a análise literária* (pp. 143-182). São Paulo: Martins Fontes.
Barthes, R. (1992). *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
Barthes, R. (2000). *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. São Paulo, Martins Fontes.
Bush, V. (2002). *As we may think*. <http://www.isg.sfu.ca/~duchier/misc/vbush>. Em: 13/01/02.
Chartier, R. (1994). *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, Ed. UnB.
Derrida, J. (1971). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP.
Derrida, J. (1995) *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
Eisenstein, E. L. (1998). *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo, Atica.
Jensen, J. F. (1999). 'Interactivity' - tracking a new concept in media and communication studies. Em: *Computer media and communication: a reader* (pp. 160/187). Oxford: University Press.
Landow, G. (1995). *Hipertexto*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informação*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
McLuhan, M. (1977). *A galáxia de Gutenberg: a formação de homem tipográfico*. São Paulo, Editora Nacional.
Oliveira, P. C. (1999). *Literatura e pensamento: Derrida e Heidegger em questão*. Em: L. Lobo (org.) *Fronteiras da Literatura, Discursos Transculturais 2* (pp. 19-22). Rio de Janeiro: Relume Dumarã.